

Educação especial e inclusiva: a criação de um eixo específico em eventos nacionais de matemática

Special and inclusive education: the creation of a specific axis in national mathematical events

Educación especial e inclusiva: la creación de un eje específico en eventos matemáticos nacionales

Ellen Cristina Carvalho Rodrigues - Universidade do Estado do Pará | Centro de Ciências Sociais e Educação | Belém | PA | Brasil | E-mail: ellencarvalho@uepa.br |  ORCID

Pedro Franco de Sá - Universidade do Estado do Pará | Centro de Ciências Sociais e Educação, PPGED, PPGEM | Belém | PA | Brasil | E-mail: pedro.franco.sa@gmail.com |  ORCID

Resumo: A educação especial é um tema difundido universalmente, por isso, este artigo busca demonstrar a importância dessa discussão através de análises de pesquisadores da área, como Delors, Kassar, Rocha, entre outros. Além disso, busca mostrar seu processo evolutivo e embasar suas normativas pelas Leis e Decretos federais que constituem a forma em que a educação especial é realizada na rede regular de ensino. Por fim, porém não menos importante, também retratamos como é executada a educação especial no contexto matemático e as implicações que tais leis trazem, voltando o olhar aos eventos nacionais e a criação de um eixo específico de educação especial e inclusiva nestes eventos. O texto está dividido em três momentos: no primeiro momento fala sobre a conquista da Educação Especial; em seguida, trata sobre a Educação Especial nas escolas; e finaliza com a inserção em eventos. Com isso, concluímos que a inserção de uma educação mais igualitária para todos ainda caminha a passos lentos, no entanto, há grandes progressos oriundos de discussões de pesquisadores, estudantes e tantos outros que pensam nessa educação.

Palavras-chave: Educação especial. Educação matemática. Educação inclusiva.

Abstract: Special education is a universally widespread theme, so this article seeks to demonstrate the importance of this discussion through analyzes by researchers in the field, such as Delors, Kassar, Rocha, among others. In addition to showing its evolutionary process and supporting its norms by the Federal Laws and Decrees that constitute the way in which special education is carried out in the regular school system. Finally, but no less important, we also portray how special education is carried out in the mathematical context and the implications that such laws bring, looking at national events and the creation of a specific axis of special and inclusive education in these events. The text is divided into three moments: first talking about the achievement of Special Education, then dealing with Special Education in schools, and ending with insertion in events. With that, we conclude that the insertion of a more egalitarian education for all is still taking slow steps, however, there is great progress arising from discussions by researchers, students and many others who think about this education.

Keywords: Special education. Mathematical education. Inclusive education.

Resumen: La educación especial es un tema universalmente extendido, por lo que este artículo busca demostrar la importancia de esta discusión a través de análisis de investigadores en el campo, como Delors, Kassar, Rocha, entre otros. Además de mostrar su proceso evolutivo y apoyar sus normas mediante las Leyes y Decretos Federales que constituyen la forma en que se lleva a cabo la educación especial en el sistema escolar regular. Finalmente, pero no menos importante, también retratamos cómo se lleva a cabo la educación especial en el contexto matemático y las implicaciones que tales leyes traen, observando los eventos nacionales y la creación de un eje específico de educación especial e inclusiva en estos eventos. El texto se divide en tres momentos: primero hablando sobre el logro de la educación especial, luego abordando la educación especial en las escuelas y terminando con la inserción en los eventos. Con eso, concluimos que la inserción de una educación más igualitaria para todos todavía está tomando pasos lentos, sin embargo, hay un gran progreso derivado de las discusiones de investigadores, estudiantes y muchos otros que piensan en esta educación.

Palabras clave: Educación especial. Educación matemática. Educación inclusiva.

Introdução

Nossa sociedade está em constante crescimento populacional, tecnológico, intelectual e social. Diante disso, obtemos e atualizamos conceitos adaptativos e educacionais para melhor se adequarem à realidade de nosso meio social, assim, fica evidente que ainda existem opiniões e preconceitos intoleráveis com relação a grupos considerados diferentes da maioria. Para isso, políticas sociais de inclusão são criadas pelo Estado para reduzir - na tentativa de extinguir - essa desigualdade.

Uma forma de contornar essa desigualdade é a inserção da educação inclusiva desde cedo, e na escola que ocorre um dos meios de socialização, no contato do indivíduo com o outro.

A Educação Inclusiva é vista como uma prática recente no mundo, somente a partir da década de 90 novas perspectivas foram formadas sobre os conceitos de deficiências mentais e intelectuais. A partir disso, estudiosos da educação perceberam a necessidade de adaptação dos conteúdos curriculares para a inclusão de alunos com desenvolvimento diferenciado de ensino, seja este visto como déficit ou facilidade de aprendizado.

Sendo um direito de todos, o acesso à educação é uma conquista singular e essencial para o desenvolvimento de qualquer indivíduo como cidadão, visto que cabe ao Estado criar meios de inclusão social quando este indivíduo possui limitações em seu processo de aprendizagem. Para Sasaki (1997), a inclusão social é conceituada como um processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. O autor pontua que “a inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da **pessoa com deficiência**¹ para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida” (SASSAKI, 1997, p. 167 - grifo dos autores).

Com o objetivo de demonstrar a valorização dessa discussão em dois grandes eventos da área da matemática, de acordo com alguns autores e seu processo evolutivo, bem como suas normativas pelas Leis e Decretos federais que constituem a forma em que a educação especial é realizada na rede regular e de ensino. Tendo o foco voltado à educação matemática e às novas políticas de inclusão em alguns eventos de educação matemática.

¹ Expressão utilizada à época.

Neste contexto, esta pesquisa é de caráter exploratório, com o levantamento bibliográfico realizado por meio dos Anais dos eventos ENEM e SIPEM, que são organizados pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM. A partir disso, fizemos o recorte por grupos de trabalhos e selecionamos o GT13, que trata da Educação Inclusiva, de modo evidente. Assim, por meio dessas leituras e dialogando com os autores como (KASSAR, 2011), (ROCHA, 2017), (DELORS, 1996), (FERNANDES; HEALY, 2014), nos movimentaram reflexões a respeito da educação inclusiva nos eventos de educação matemática.

O texto está dividido em três momentos: no primeiro, fala-se sobre a conquista da Educação Especial; em seguida, trata-se da Educação Especial nas escolas; e finaliza-se com a inserção em eventos organizados pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM, sendo estes o Encontro Nacional de Educação Matemática – ENEM e o Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática – SIPEM, que apresentam uma evolução no que tange à Educação Especial.

Educação especial uma conquista

Sem dúvida, a maior conquista da educação especial foi torná-la não só acessível, mas inclusiva, extinguindo as escolas exclusivas da educação especial - onde o estudante se sentia cada vez mais distante dos grupos sociais comuns, perdendo a oportunidade do mesmo se autor-reconhecer como indivíduo capaz -, e abrindo oportunidade para professores lecionarem com diferentes metodologias e uma única sala de aula.

A educação especial brasileira teve seu início em meio a um intenso descaso da educação pública em geral, em que 84% da população brasileira era considerada analfabeta em 1872, visto que a maior parte da população estava inserida na zona rural e seu maior meio de produção era a exploração de bens naturais (KASSAR, 2011). Além disso, dessa parcela de pessoas que viviam no campo, a maioria era escrava, sem condições de acesso à educação pública. Já na primeira metade do século XX, temos o primeiro salto de matrículas registradas, cerca de 26%, segundo pesquisas de Romanelli (1989). Em 1913, a obra “A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil”, de Clemente Quaglio (1872-1948), visa trazer mais importância às condições psicológicas das crianças e analisar que posturas tomar para que elas tenham a oportunidade de ter uma educação digna e de qualidade. Por meio dessas pesquisas os alunos foram separados em grupos denominados “normais” e “anormais”.

Um dos primeiros ajustes federais foi a criação da escola de “débeis físicos”, destinados a crianças com atrasos no crescimento físico ou más condições nutricionais. Essas escolas tinham como objetivo principal tornar a criança saudável novamente para reintegrá-las nas escolas da rede básica (SÃO PAULO, 1933).

Um grande avanço nos conceitos sociais de inclusão foi a percepção de Basílio de Magalhães. O pesquisador percebeu que os alunos “anormais” e “normais” tinham bons resultados emocionais quando conviviam e estudavam juntos; além de benéfico para a saúde mental, era uma boa forma de economizar com gastos extras em escolas exclusivas.

Em 1977, após análises do IBGE sobre a configuração da população brasileira, pesquisas econômicas mostraram que era necessária a reestruturação da forma em que a educação recebia investimentos, então, denota-se a importância da criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que tornaria a educação especial uma das bases da escola regular e não uma instituição segmentada da mesma.

E, desde então, a escola regular passa por um processo de adaptação para que a educação deixe de ser segregada e passe a ser mais inclusiva, fazendo da escola um lugar agradável para todos que a frequentam.

A Educação Especial na escola regular

A adaptação metodológica deve também partir dos professores, pois realizam um preparo formal através da instituição na qual pertence, embasado de suas concepções na formação continuada, assim, sempre buscando novas maneiras de relacionar a aprendizagem mútua entre o aluno e o professor, segundo Rocha (2017, p. 3):

Quando falamos em “necessidades educacionais especiais” sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, o que faz com que os sistemas de ensino e, sobretudo os professores, busquem novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo, deixando de lado as terminologias negativas que rotulavam os alunos com necessidades como “deficientes”, “anormais”, “retardados”, entre outras.

No Brasil, a Educação Especial é tratada com uma modalidade de ensino, cuja principal função é adaptar métodos de ensino de acordo com a necessidade do aluno, seja este com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, déficits de concentração ou com aptidão para atividades intelectuais, bem como os alunos superdotados. Este grupo de alunos é amparado

pela LDB da Educação Especial – Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), assim como em sua alteração no Artigo 58 da Lei nº 12.796, de 2013 (BRASIL, 2013). Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 2013, p.39-40).

Além disso, a resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, especifica a conceituação de cada uma dessas classificações

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p.1).

Perante isso, infere-se que a educação é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal, proporcionando igualdade de condições para o acesso a permanência na escola, ou seja, a instituições adequar estruturalmente de acordo com a necessidade do aluno, incluindo sua locomoção de casa até a escola, assim como, adaptações nas áreas de entrada através de rampas e nas áreas de higiene, onde devem ter sanitários adequados.

Segundo Delors (1996), durante a Conferência dos Direitos da Criança no século XXI, a educação tem o dever de atingir a todos, além de oferecer cada vez mais conhecimentos teóricos e técnicos e definir orientações que poderiam ser desenvolvidas em projetos individuais e coletivos.

O discurso de Delors evidencia a importância do reconhecimento de uma sociedade plural, que está em constante aprendizado sobre como trabalhar de forma igualitária a educação em seus diferentes grupos sociais, a fim de evitar a desigualdade, preconceito e segregação. Esse

pensamento serviu para unificar a escola, onde até o início do século XXI, eram divididas em escola regular e escola especial, segundo Fernandes e Healy (2019, p. 30):

As discussões acerca da diversidade fizeram com que a área da educação especial passasse por um processo de reestruturação e que a educação de qualidade para todos fosse o propósito e o sentido da educação inclusiva. Nossos alunos passaram, então, a frequentar uma escola que acolhe (ou deveria acolher) a todos.

A partir disso, as políticas públicas brasileiras que tratam da educação inclusiva tornam-se mais efetivas a cada ano, pois os Censos Escolares demonstram um aumento constante na inserção de alunos especiais na rede regular de ensino. Além disso, percebe-se também a ampliação da formação especializada de professores no âmbito da educação especial, tanto através de medidas do governo municipal quanto do governo federal, em consonância com o Decreto nº 6.571 de 2008 (BRASIL, 2008), que, através do Ministério da Educação, garante o suporte financeiro e técnico ao sistema público de ensino, no que se refere ao atendimento educacional especializado.

A formação continuada de professores possui como parâmetro principal a junção entre teoria e prática; sabemos que existem muitos profissionais teoricamente capacitados, entretanto, poucos deles conseguiram executar seu aprendizado, pois, para Pimenta e Lima (2018), a ausência da reflexão sobre a prática induz uma conduta despreparada em sala de aula, e essa reflexão é essencial para a validação desse profissional.

Quando tratamos de recursos pedagógicos, devemos nos atentar ao Atendimento Educacional Especializado-AEE, sendo este responsável por agregar atividades e recursos de acessibilidade pedagógicos formulados pela instituição, com o objeto de complementar a formação dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento como processo integrador nas salas de recursos multifuncionais assim como suplementar à formação de alunos com superdotação ou altas habilidades.

As salas de recursos multifuncionais são espaços favorecidos de recursos pedagógicos adaptados para o atendimento educacional especializado. Dentre os recursos presentes nesses ambientes, podemos citar: impressoras Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, Punção, Soroban, kit de desenho geométrico e calculadoras sonoras. Sobre essas práticas diferenciadas que atendem à necessidade da limitação do aluno, é importante destacar que esses métodos trabalham de forma sensorial e exploram as especificidades deste aluno. Podemos afirmar que a forma que aprendemos pode variar de acordo com nossas experiências sensoriais,

linguísticas e culturais (FERNANDES; HEALY, 2014), tornando os materiais didáticos táteis como potenciais objetos de aprendizagem.

A inserção da temática inclusão em eventos de educação matemática

A educação básica contempla diversas áreas de pesquisa e ensino, com isso pode-se analisar distintas temáticas no que concerne à educação inclusiva. Nos eventos de matemática, os trabalhos que discutiam a educação especial, de acordo com o conteúdo matemático trabalhado, eram envolvidos nos eixos que contemplam o objeto matemático e não a discussão em si, pois não havia um eixo específico dessa temática nos eventos.

Vale pontuar que o assunto vinha sendo cada vez mais discutido na sociedade e o quantitativo de trabalhos aumentando, com isso, a Sociedade Brasileira de Educação Matemática – SBEM criou o “GT13 - Diferença, Inclusão e Educação Matemática” com o intuito de agregar pesquisadores preocupados com uma educação matemática “para todos”, buscando compreender o processo de ensino e aprendizagem de matemática, focando questões culturais, teóricas, metodológicas, pedagógicas e epistemológicas.

Entende-se que a educação especial voltada à matemática se consolida em um amplo processo de desenvolvimento continuado de sua formação, a fim de obter conhecimento e prática para a criação de materiais e métodos adequados à educação especial, segundo Sá, Campos e Silva (2007). Além disso, para Koepsel (2016, p. 4), “os materiais didáticos podem auxiliar no ensino e aprendizagem da Matemática para estudantes com deficiência visual, uma vez que estes estimulam os sentidos remanescentes e também a relação destes estudantes com os colegas”. Essa relação entre os estudantes especiais e os demais concretizam um dos objetivos da política nacional de educação especial, cujo lema é reduzir a desigualdade e proporcionar integração dentro da sala de aula.

Uma dificuldade apontada por Rodrigues (2010) é a inclusão precipitada do aluno especial dentro da escola regular, sem antes realizar uma pesquisa prévia sobre qual trabalho desempenhar com este aluno e quais as necessidades dele, neste caso, a inclusão é vista de forma negativa e retrógrada dificultando a permanência do aluno, visto que, sem a preparação dos professores e da escola, o aluno pode sentir-se desamparado, principalmente se não tiver o material didático adequado.

Segundo Rodrigues (2010, p. 85):

A responsabilidade dessa situação não pode ser atribuída somente à deficiência de formação e informação do professor ou a atuação ineficiente do estado, mas sim atribuída à sociedade, ao governo e aos educadores (que inclui professores, coordenadores e diretores).

No Brasil, a educação especial na matemática é uma área bastante explorada e requisitada, sendo fomentada por pesquisadores todos os anos em eventos, publicações, etc. Dentre os eventos mais conhecidos, destacam-se o SIPEM e o ENEM.

O Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática – SIPEM é um evento que acontece a cada três anos e que em 2018 teve sua 7ª edição. O SIPEM tem como objetivo promover o intercâmbio entre grupos de pesquisa de diferentes países voltados à área da educação matemática, possibilitando a ampliação e compartilhamento de novos conhecimentos, assim como a reflexão sobre os resultados obtidos em projetos educacionais de suas regiões. Geralmente o evento é subsidiado pelo CNPQ e por outras fundações voltadas à educação, em parceria com a SBEM.

Em 2012 começaram a surgir trabalhos voltados à educação especial e inclusiva camuflados em outros GTs do SIPEM, e na edição passada, que aconteceu em 2015, houve apenas 14 trabalhos inscritos. Já em 2018, o SIPEM reuniu 365 pesquisadores entre os dias 4 e 8 de novembro, em Foz do Iguaçu, Paraná. O evento contou com a apresentação de 226 trabalhos aprovados dentre os 292 submetidos.

O VII SIPEM foi bastante proveitoso no que tange o GT13, pois trata sobre os avanços e discussões da educação inclusiva. Realizado no formato de mesa-redonda, contou com 25 trabalhos aprovados para apresentação, em que os participantes perceberam que a educação especial também deve estar voltada não somente aos citados pelas diretrizes da educação, mas também aos idosos e às pessoas em vulnerabilidade social. Essa edição deve ser considerada como um avanço nos conceitos educacionais que normatizam os indivíduos pertencentes aos grupos da educação especial, arrecadando dados para futuras mudanças nas leis educacionais.

Além disso, o SIPEM diferencia-se do Encontro Nacional de Educação Matemática – ENEM por articular amplamente pesquisas internacionais, a fim de dar início a projetos em conjunto com outros países. O tema central de 2018 foi Justiça Social e Educação Matemática, uma temática que, segundo o presidente da Diretoria Nacional Executiva – DNE, gera discussões bastante oportunas na atual situação política e econômica do Brasil e do mundo, evidenciando a

importância da união entre professores e alunos fortalecendo suas crenças, concepções e pesquisas que se mostram ameaçadas.

Outro evento é o Encontro Nacional de Educação Matemática - ENEM, que foi realizado pela primeira vez em 1987, na PUC-SP. Nesta época, a ciência estava a todo vapor com o crescimento tecnológico, desafiando preceitos religiosos e filosóficos. A matemática é vista como base para o desenvolvimento científico, essencial para o desenvolvimento social e do próprio indivíduo. Com base nisso, o evento buscou relacionar a educação matemática com a importância do indivíduo percebê-la como parâmetro social, em que seu aprendizado deve ser tão ou mais importante quanto o da própria língua falada em qualquer lugar do mundo.

Segundo Ubiratan D'Ambrósio (1987, p. 3):

A matemática é responsável pela sua múltipla importância por todos os governos de todos os países e incluída, por conseguinte, como matéria obrigatória e universal, constante de todos os currículos, todos os graus de instrução e em todos os países do mundo.

O primeiro ENEM, que aconteceu em 1987, contou com 550 participantes, sendo 252 universitários e 136 trabalhos apresentados, podendo ser considerado um evento de grande porte e marco inicial para o avanço da educação matemática. Acontecendo de forma trianual, até hoje foram realizadas 13 edições do ENEM, que cada vez mais envolve pesquisadores da Educação Matemática, sendo estes: professores da Educação Básica, Professores e Estudantes das Licenciaturas em Matemática e em Pedagogia e Estudantes da Pós-Graduação.

Assim como no SIPEM, no ENEM os trabalhos voltados à educação especial e inclusiva apareciam em pequenas quantidades e misturados em eixos de pesquisas. Em 2013, no XI ENEM, dentro do Eixo 1 de “Práticas Escolares”, foi criado um subeixo com o tema “Inclusão e Educação Matemática” e, desde então, os trabalhos começaram a se concentrar neste eixo.

Conclusão

Pelo exposto, objetivo de demonstrar a importância da temática na visão de alguns autores e o processo evolutivo da educação especial voltando o olhar à educação matemática e às novas políticas de inclusão em alguns eventos de educação matemática, percebemos o crescimento de pesquisas na área, e que a Educação Especial exhibe conquistas ao longo do tempo, ainda pequenas, no entanto, conquistas. Quando se fala de educação inclusiva, ou de “ser inclusivo”,

hoje, já não basta só manter o estudante matriculado e mandá-lo para casa por falta de adaptações tanto do espaço físico como de metodologias de ensino adaptadas à necessidade do estudante.

Vale ressaltar que um dos pilares para que essa educação aconteça é o professor, pois parte deste o interesse de participar na construção socioeducativa do aluno, esse parâmetro é fundamental para um bom relacionamento da tríplice: aluno, professor e instituição. Nessa relação, devemos atentar aos preceitos éticos que os compõem uma sociedade inclusiva, a solidariedade e o respeito. O envolvimento do professor com a vontade de proporcionar ao aluno uma experiência igualitária de conhecimento potencializa o alcance de aprendizagem de ambos, podendo desenvolver pesquisas que servirão como base para outros professores no começo de sua prática na educação especial.

Diante tantos avanços, colocações e pesquisas, também podem ser vistos avanços no meio acadêmico, uma vez que as organizações passaram a incluir eixos voltados ao tema, e a criação do “GT13” em eventos organizados pela SBEM mostra que as pesquisas estão ganhando força e que se faz necessário um olhar mais atento a estas.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Planalto Central, 2008.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013.** Altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Brasília: Planalto Central, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

D'AMBROSIO, Ubiratan. A educação matemática na década de 1990: perspectivas e desafios. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM, 1., 1987, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PUC-SP, 1987. p. 3-10.

DELORS, Jacques. **La educación encierra un tesoro.** Madrid: Santillana; Ediciones UNESCO, 1996.

FERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali.; HEALY, Lulu. Algebraic expressions of deaf students: connecting visuo-gestural and dynamic digital representations. *In:* CONFERÊNCIA DO GRUPO INTERNACIONAL PARA A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO, 38.; CONFERÊNCIA DO CAPÍTULO NORTE-AMERICANO DE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 36., 2014, Vancouver. **Anais [...]**. Vancouver: PME, 2014. v. 3. p. 49-56. .

FERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali; HEALY, Lulu. **Trajetória dos significados e operacionalizações atribuídos a inclusão no programa rumo a educação matemática inclusiva.** *In:*

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM, 13., 2019, Cuiabá. **Anais** [...]. Cuiabá: ENEM, 2019. p. 28-48. Tema: Educação Matemática com as Escolas da Educação Básica – Interfaces entre pesquisas e salas de aula.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

KOEPSSEL, Ana Paula Poffo. Materiais didáticos no ensino de matemática para estudante com deficiência visual. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – EBRAPEM, 20., 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: EBRAPEM, 2016. Disponível em: http://www.ebrapem2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/04/gd13_ana_koepsel. Acesso em: 17 nov. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio: diferentes concepções. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2018. *E-book*. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Est%C3%A1gio_e_doc%C3%Aancia.html?id=NXdZDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 17 nov. 2019.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. **Ensaios Pedagógicos**, Curitiba, v. 7, n. 2, 1-11, jul. /dez. 2017.

RODRIGUES, Thiago Donda. Educação matemática inclusiva. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 1, n. 3, p. 84-92, 2010.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto nº 5.884 de 21 de abril de 1933**. Institue o Código de Educação do Estado de São Paulo. São Paulo, 1933. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.